

Abril-10 de Junho de 2002 — assessora da direcção do Departamento do Ensino Secundário;  
 Julho de 2001-Abril de 2002 — adjunta do Secretário de Estado da Administração Educativa;  
 Março-Julho de 2001 — assessora do Gabinete da Secretária de Estado da Educação;  
 Setembro de 1997-Febrero de 2001 — coordenadora da assessoria de orientação e aproximação à vida activa do Departamento do Ensino Secundário e do Centro Nacional de Recursos para a Orientação, integrado na rede europeia de centros de recursos para a orientação;  
 Dezembro de 1996-Agosto de 1997 — assessora técnica da direcção do Departamento do Ensino Secundário;  
 Maio de 1993-Novembro de 1996 — técnica superior do Núcleo de Apoio Técnico do Departamento do Ensino Secundário;  
 Julho de 1991-Abril de 1993 — técnica superior do Núcleo de Estudos e Avaliação do Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional;  
 Junho de 1990-Junho de 1991 — estagiária no programa «Educação para todos — Escolarização secundária total ano 2000».

#### Participação em grupos de trabalho:

Setembro de 2003-Abril de 2005 — representante do Ministério da Educação e vice-presidente da Comissão Sectorial de Ensino, no âmbito do Sistema Português de Qualidade;  
 Janeiro-Abril de 2003 — representante do Ministério da Educação no grupo de trabalho encarregue da revisão do diploma legal que criou o Programa Integrado de Educação e Formação no âmbito do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil;  
 Julho de 2002-Julho de 2004 — representante do Ministério da Educação no Conselho Geral do Instituto de Formação Turística;  
 Outubro de 2000-Febrero de 2001 — representante do Departamento do Ensino Secundário no Conselho de Acompanhamento do Programa 15-18;  
 Julho de 1997-Febrero de 2001 — representante do Departamento do Ensino Secundário no Conselho de Acompanhamento dos Cursos de Educação e Formação Profissional Inicial;  
 Março de 1997-Febrero de 2001 — representante do Ministério da Educação na Comissão Nacional de Aprendizagem e na Comissão Interministerial do Programa para a Integração dos Jovens na Vida Activa.

#### Publicações:

«Inserção profissional dos primeiros diplomados pelas escolas profissionais», relatório-síntese (co-autoria);  
 «Escolas profissionais: inserção profissional dos diplomados em 1993», relatório final (co-autoria);  
 Relatório nacional do exame temático da OCDE «Transição da formação inicial para a vida activa» (elemento da equipa redactorial);  
 Coordenação da produção dos vols. III e IV da série *Profissões: Guia de Caracterização Profissional*.

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Direcção-Geral de Viação

**Despacho n.º 11 176/2005 (2.ª série).** — 1 — No uso da faculdade que me é conferida pelo artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e tendo presente o disposto nos artigos 169.º, n.ºs 2 e 5, do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, e 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo, delego, com faculdade de subdelegação, nos directores dos serviços das Direcções Regionais de Viação do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve, respectivamente licenciados José Maurício Carneiro Travassos, Fernando Manuel Almeida Coragem, Luís Ferreira Teixeira, Emílio Agostinho Vasconcelos e Fernando Manuel dos Prazeres Mateus, as seguintes competências:

- Intruir os processos de contra-ordenação por infracções ao Código da Estrada e legislação complementar;
- Proferir decisões, incluindo a aplicação de coimas e sanções acessórias, bem como condenação em custas, nos processos de contra-ordenação cuja decisão caiba ao director-geral de Viação, de acordo com as orientações gerais produzidas;

- Promover a execução das sanções aplicadas;
- Executar os deveres previstos no artigo 141.º do Código da Estrada.

2 — Delego ainda nos dirigentes acima indicados, para as matérias respeitantes às actividades que superintendem, a assinatura da correspondência ou do expediente necessário à mera instrução dos processos, salvo nos seguintes casos:

- Quando dirigido a órgãos de soberania e aos dirigentes máximos dos organismos;
- Quando dirigidos a gabinetes de departamentos ministeriais e directores-gerais ou equiparados;
- Quando envolva compromissos financeiros que não estejam delegados ou subdelegados.

3 — Os directores de serviços podem subdelegar nos chefes de divisão de Contra-Ordenações, nos delegados de viação e nos coordenadores dos núcleos técnicos de contra-ordenações as competências ora delegadas, sem possibilidade de nova subdelegação.

4 — Ratifico os actos praticados desde 26 de Março de 2005 no âmbito das competências ora delegadas.

29 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

### Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**Despacho (extracto) n.º 11 177/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 22 de Março de 2005 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

Emília do Nascimento Gonçalves Lourenço, Adélia Maria da Conceição Tavares Pinto Valério e Elsa Cristina Neves Monteiro, especialistas-adjuntas estagiárias, a exercerem funções na Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo — rescindidos, a seu pedido, os contratos de trabalho a termo certo, com efeitos a partir de 2 de Maio de 2005, inclusive. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Maio de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

**Despacho n.º 11 178/2005 (2.ª série).** — 1 — Autorizado por despacho de 11 de Novembro de 2004 do vogal do conselho directivo do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), foi iniciado o procedimento para a selecção de candidato para o provimento do cargo de director de serviços de Administração, publicitado na bolsa de emprego público e no *Correio da Manhã* em 15 de Dezembro de 2004.

2 — Apreciado o *curriculum vitae* da única candidata, conforme nota que se publica em anexo, ficou conformada a ideia de que reúne os requisitos legais e o perfil profissional ajustados ao lugar a prover, em consonância com as atribuições e objectivos da referida unidade orgânica.

3 — Assim, nos termos do artigo 21.º, n.ºs 3, 4 e 5, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Cristina Maria da Cunha Pinto, assessora do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento do Ministério da Defesa Nacional, no cargo de director de serviços de Administração do IPAD.

5 de Abril de 2005. — O Presidente, *José Iglésias Soares*.

#### ANEXO

#### Nota relativa aos currículos académico e profissional da licenciada Cristina Maria da Cunha Pinto

##### Currículo académico:

Licenciatura em Gestão e Administração Pública, nas especializações de Gestão de Recursos Humanos (1990) e Planeamento e Controlo de Gestão (1991), pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;  
 Licenciatura em Direito (1996), pela Universidade Internacional.

##### Currículo profissional:

Directora de serviços de Administração do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, em regime de substituição,